



# Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 03 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 120ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Jurandir Messias.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a Proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Não há ata nem expediente a serem lidos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 187/76, veto apostado ao Projeto de Lei 104/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, dispondo sobre a privatividade dos despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. Parecer da C.C.J., CONTRÁRIO ao veto por maioria de votos. —

OFÍCIO Nº 68/76

Curitiba, em 19 de maio de 1976.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 09/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no §1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei 104/75, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre as funções de Despachante junto ao Departamento de Trânsito.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamento expendido pelo Órgão Estadual de Trânsito, considerando a medida inoportuna e contrária aos interesses da Administração, eis que versa sobre matéria recentemente regula-

mentada através do Decreto 1.158, de 05 de novembro de 1975. Segundo as informações do DETRAN, o Decreto 1.158/75, não só atende plenamente aos superiores interesses daquele órgão, como também consubstancia "as reivindicações do profissional, até o reconhecimento de seus direitos, assim como no que prescreve em matéria de deveres e obrigações e das penas disciplinares às quais está sujeito o seu titular".

Por outro lado, sendo as disposições do Decreto 1.158/75 posteriores à apresentação do Projeto de Lei em questão, visto que a justificativa de tal projeto refere-se à antiga regulamentação da matéria (Decreto 741/71 - já revogado) fica plenamente evidenciada a inoportunidade da proposição ora vetada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra para discutir, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste início de atividade legislativa, tem a Assembléia nova oportunidade de examinar a Proposição 187/76, que trata de veto apostado pelo Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei 104/75, que dispõe sobre a privatividade dos despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Ao se encerrar em junho passado o primeiro período da sessão legislativa deste ano, iniciávamos a deliberação em torno dessa manifestação negativa do Chefe do Poder Executivo, em torno deste Projeto 104/75.

Entendeu o Governador do Estado que o Plano de Lei contraria a interesses do Estado em razão de alguns motivos que expõe em ofício, através do qual encaminhou sua manifestação de vontade.

Diz o Governador que "a negativa de sanção ao Plano de Lei decorre de pronunciamento expendido pelo Órgão Estadual de Trânsito, considerando a medida inoportuna e contrária aos interesses da Administração, eis que versa sobre matéria recentemente regulamentada através do Decreto 1.158, de 05 de novembro de 1975".

Diz o Governador que "segundo as informações do Detran o mencionado Decreto não só atende plenamente aos superiores interesses daquele órgão, como também consubstancia as reivindicações mais legítimas da classe, desde a credenciação do profissional, até o reconhecimento de seus direitos, assim como no que prescreve em matéria de deveres e obrigações e das penas disciplinares às quais está sujeito o seu titular".

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao pronunciar-se sobre o veto, entendeu que "as alegações do Governador do Estado versam sobre a atividade profissional do Despachante junto ao Detran, e não simplesmente sobre a regulamentação dessa atividade", que é o objetivo do projeto.

Ainda é o entendimento da Comissão ao acolher o voto do relator da matéria, Deputado Deni Schwartz, que "outro ponto a ponderar, vem a ser de que o projeto como foi apresentado, representa uma reivindicação das mais justas da classe, que preconiza seja sua atividade profissional definida em termos de uma lei específica que lhe dará uma situação mais estável".

É ainda do texto desse parecer a afirmativa de que "basta uma leitura mais apurada na justificativa que acompanha o

projeto para se ter uma visão mais concreta dos objetivos que o mesmo visa atingir, não nos convencendo as alegações apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo na apresentação do Veto".

Este Projeto que trouxe à consideração da Casa, já havia anteriormente merecido pareceres favoráveis da Comissão de Finanças e da própria Comissão de Constituição e Justiça.

Na oportunidade, a Comissão de Finanças, aprovou em 22 de março de 1976, parecer da lavra do eminente Deputado Gilberto Carvalho, assim redigido. (Lê):

"Com relação a esta Comissão, examinando-se a matéria, e a justificativa que a acompanha, temos que o projeto visa de fato sustentar e fortalecer a legislação vigente que ora regula as funções de Despachante em nosso Estado.

Isto exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação".

Antes do pronunciamento da egrégia Comissão de Finanças, já a Comissão de Constituição e Justiça, pelo voto do relator da matéria, unanimemente aprovado pelo mencionado órgão técnico, Deputado Ezequias Losso, manifestou-se no sentido de que a justificativa que acompanha o projeto, convence de sua conveniência e oportunidade.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, nada impede que o mesmo tenha tramitação normal nesta Casa. Como se vê, deflui de ambos os pareceres, nada está a impedir que, do ponto de vista legal e constitucional, a matéria tivesse merecido um outro pronunciamento do Governador do Estado.

No que respeita ao mérito da questão, e é nisto que se prende, basicamente o veto, parece-me data vênua, que a justificativa que acompanha o projeto, não foi de forma alguma, derubado pelas ponderações do Sr. Governador do Estado. Na justificativa, se mostrou que a profissão de despachante de trânsito, se constitui numa realidade, tendo esta classe prestado assinalados serviços à coletividade; e se ilustra ainda, tal justificativa, com a informação de que no Congresso Nacional, diante desta realidade, está sendo discutido projeto de lei estabelecendo diretrizes e organismos disciplinadores da atividade profissional desenvolvida pelos despachantes.

Assinala-se ainda na mesma justificativa, que aqui no Paraná, a matéria é regulada por decreto governamental, Decreto 741, de 02 de setembro de 1971, cujos dispositivos procuraram, em seu contorno geral, dar caráter oficial a uma atividade que vinha sendo desenvolvida há muito, no nosso Estado. Contudo, o Decreto não escapa -a precariedade com que é reconhecida a atividade profissional. Assim é que se procura, através de um projeto de lei, tornar a legislação mais estável, dando para os que a exercerem, uma verdadeira profissão, com direitos e obrigações, onde estarão estabelecidas as condições e capacidade para seu exercício. E trouxe, nesta justificativa, o ensinamento do insigne Pontes de Miranda, para quem a lei pode estabelecer pressupostos necessários, que, são subjetivos, para o exercício profissão, mas só pode escolher a profissão, se forem satisfeitos os pressupostos que a lei exigir.

Já se discutiu nesta Casa, que a expressão "LEI", não é abrangente. A "LEI" a que se refere a Constituição e os tratadistas, é aquela denominada "LEI ORDINÁRIA", elaborada pelo Poder Legislativo. Esta expressão "LEI", portanto, não abarca os decretos do Chefe do Poder Executivo, como "LEI" não é, o decreto que venha a ser expedido pelo Chefe do Poder Legislativo. Como também não é Lei o Decreto que venha a ter a assinatura do Chefe do Poder Judiciário. A Lei portanto, no sentido de que a emprega a Constituição, e nesse mesmo sentido a utiliza Pontes de Miranda, é a Lei Ordinária elaborada por um processo legislativo iniciado e concluído no Poder Legislativo, e que tem seu término com a manifestação do Chefe do Poder Executivo.

O entendimento expresso pelo Sr. Governador do Estado, sobre a conveniência de se manter um Decreto e não se aprovar

uma Lei para regular uma atividade profissional, não me parece que consiga se sustentar. É que dúvida não pode haver, no sentido de que entre a Lei formalmente aprovada pelo Poder Legislativo e o Decreto que é fruto do exercício de competência unilateral do Poder Executivo, a primeira, isto é, a Lei é que tem preponderância porque tem um sentido mais geral, e além disso tem uma característica toda especial, que é a de estabilidade ou quase que permanência.

No nosso sistema Constitucional, a revogação de uma Lei implica num processo que sofre o crivo daqueles que compõem o Poder Legislativo. Nestas condições, sempre que se tratar da revogação de uma Lei é preciso que haja unanimidade ou maioria pelo menos do Poder Legislativo sobre a conveniência dessa revogação.

Já o mesmo não acontece quando se trata de um Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo, porque este mesmo Decreto no dia seguinte ao da sua entrada em vigência poderá ser revogado por outro Decreto, sem que para isso concorra nenhuma outra opinião que não a do Governador do Estado.

E tanto isso é verdade, que a profissão de Despachante de Trânsito aqui no Estado do Paraná, já estará a caminho de uma terceira legislação, através de Decreto, tão logo se opere a mudança do Governador do Estado.

É que, em 1971, nós tínhamos o Decreto 741, como regulador da função de Despachante de Trânsito, Decreto esse editado ao tempo do ex-Governador Haroldo Leon Peres.

Posteriormente, em 05 de novembro de 1975, através do Decreto 1.158, o atual Governador revogou aquele Decreto 741, para, com novas normas legais disciplinar a função de Despachante. Está aqui evidenciada esta situação de instabilidade que é exatamente o que o Projeto procura evitar, através da regulamentação da profissão de Despachante, mediante uma Lei Ordinária.

Não entendeu, creio eu, o Sr. Governador do Estado, o alcance do Projeto, principalmente no que respeita ao seu objetivo maior, que é de dar uma estabilidade a uma atividade profissional.

Porque no que concerne às normas desse Projeto de Lei que foi vetado, não será nenhuma surpresa, se do confronto com o texto do Decreto ora vigente, nós encontrarmos não apenas um ponto de contato, mas regras iguais para disciplinar determinadas situações que possam ocorrer no exercício desta atividade profissional.

Portanto, não é de molde a convencer a justificativa do veto. Porque os interesses do Estado, a que se refere o Governador do Estado, como motivo preponderante na sua negativa, à sanção, não estão delineados; não foram claramente mostrados na justificativa.

Mas é necessário que o Governador do Estado, quando alega ao vetar um plano de lei que o interesse do Estado foi contrariado que ele diga clara e expressamente, qual é esse interesse. Não basta apenas, a afirmativa vaga e imprecisa, de que interesses do Estado foram contrariados. Não foi com este intuito, que o Legislador incluiu no texto constitucional, a contrariedade do interesse do Estado como motivo que autoriza o veto ao Projeto de Lei.

É do mesmo Pontes de Miranda, a lição de que um veto sem fundamento, não é veto. É que a manifestação de vontade expressa pelo Governador no momento do veto é a mesma que ocorre no momento da sanção do projeto; Assim como ele entende, ao sancionar o projeto, que os interesses do Estado estão satisfeitos, não são contrariados pelo projeto de Lei, da mesma forma tem que tornar claro e dizer quais são os interesses do Estado, que foram atingidos pelo Projeto de Lei sob a sua consideração.

No caso em tela, como não pode prevalecer porque não tem substância. . .

**O Sr. Enéas Faria** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Devo até realmente, interromper o seu pronunciamento, brilhante e altamente jurídico, trazendo luzes as mais importantes para o debate desta matéria que se me afigura também, muito importante, porque trata dos anseios e da reivindicação de uma classe trabalhadora e obreira que vem prestando altos serviços ao povo paranaense.

Mas, interrompi V. Exa., porque apesar de dizer V. Exa. as palavras que diz, e buscar envernizá-las com o brilho da sua cultura na verdade, o que se depreende do veto apostado pelo Sr. Governador a este projeto, capenga, omissa e sem pouco ou nada a esclarecer, em verdade se depreende, que pretende o Governador do Estado, ao invés de estar adstrito e subjugado à Lei, pretende o Sr. Governador, estar a dirigir, estar a impor a sua vontade pessoal, a vontade do Poder Executivo, através de regulamentações e de decretos. Pesamos claramente os vícios nas suas razões do veto, na justificativa que encaminha a esta Casa, prefere o Sr. Governador deixar de lado a Lei, porque não lhe convém a Lei; porque a Lei é feita nesta Casa; porque a Lei depende da maioria desta Casa, prefere o Sr. Governador apenas poder manipular os interesses do Poder Executivo à sua vontade pessoal, à vontade de seus assessores, por decreto que ele regulamenta.

Em verdade, nobre Deputado, apesar do brilho com que V. Exa. enfoca o problema, apesar do cuidado que V. Exa. vem colocando no seu pronunciamento, em verdade, o que se vê é somente isso; S. Exa. não quer a colaboração desta Casa, não quer as ponderações desta Casa. Prefere a sua vontade às exposições desta Casa.

Lamento ter aparteado V. Exa. neste momento.

**O SR. ACCIOLY NETO** — Agradeço o aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, queria, valendo-me da oportunidade de estar na tribuna, solicitar uma Questão de Ordem à Mesa, visando indagar se, em face de estarmos praticamente ao final da sessão extraordinária e levando em conta que se encerra na data de hoje o prazo de deliberação sobre o veto, se poderia requerer uma prorrogação desta sessão extraordinária, para ter continuidade após o encerramento da sessão ordinária que se inicia dentro de cinco minutos.

É o caso que, até hoje, não me parece ter surgido.

**O SR. PRESIDENTE** — (Paulo Camargo). A Mesa comunica ao nobre Deputado que o prazo fatal termina amanhã. Porque o veto foi protocolado, pela Assembleia Legislativa, no dia 20 de maio. Estava pretendendo, para dar continuidade a esta discussão, ou marcar uma sessão extraordinária para amanhã, após a sessão ordinária.

**O SR. ACCIOLY NETO** — Agradeço a V. Exa.

Também queria ainda, voltando a tratar deste veto, alinhar uma questão que, até hoje, me parece, não foi devidamente debatida nesta Casa. Sempre que o Sr. Governador do Estado vota um determinado projeto, S. Exa. faz por acompanhar, na justificativa, algumas ponderações emitidas por órgãos do Estado, vinculados à matéria de que trata o projeto.

Trata-se, em verdade, de um parecer em que o órgão se manifesta contrariamente ao projeto, por razões das mais diversas.

Mas, o que me parece errôneo é que fica a pessoa do Sr. Governador do Estado sujeita ao parecer. Porque, o meu entendimento é que a única sujeição que a todos nós, não só do Legislativo, mas também do Executivo, e principalmente do Judiciário, somos compelidos a nos submeter é a da Lei.

Só estamos sujeitos à lei. Ao parecer, nunca. O fato de ver parecer emitido por determinado órgão ser contra o projeto, não condiciona obrigatoriamente a vontade do Governador. Ele pode muito bem decidir em contrário, porque, no momento em que a Assembleia, que é um órgão coletivo e de representação popular, delibera favoravelmente a um projeto, este é o ponto que tem que ser levado em conta, como de maior impor-

tância, em termos de influência na decisão governamental. Mais autoridade, mais valor, mais legitimidade, tem uma decisão da Assembleia, do que uma mera opinião emitida por um órgão técnico. É que a deliberação da Assembleia, volto a repetir, é coletiva e, mais do que isso, é popular. É, portanto, mais conforme com a própria Constituição que estabelece que o poder emana do povo e só dele, do que a opinião exageradamente crítica e técnica que venha a ser emitida por um órgão do governo.

**O Sr. Muggiati Filho** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria de oferecer este aparte ao pronunciamento de V. Exa., para acrescentar apenas o seguinte: que o Governo do Estado, neste caso e em outros passados, tem oportunidade, através de sua liderança, de se manifestar com relação ao projeto e o Governo tem se manifestado, votando e aprovando quase todos os projetos que tramitam por esta Casa, quando a gente tem a impressão de que a opinião do governo é, inclusive, favorável ao projeto.

De modo que, atitudes desta natureza, que se verificam realmente, como V. Exa. bem acentuou, em quase todos os projetos votados, representam também, no meu entendimento, um "capitis diminutio" do próprio Líder do Governo nesta Casa, que aprova o projeto e depois vota contrariamente ao projeto.

É este estado de coisas que cria dentro do Legislativo uma distorção sem qualquer justificativa.

Era o que queria acrescentar, apenas à observação das mais judiciosas e oportunas feitas por V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** — (Paulo Camargo). A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o prazo para a realização da sessão extraordinária, mas V. Exa. fica inscrito, para a sessão extraordinária de amanhã, podendo usar da palavra por 30 minutos.

**O SR. ACCIOLY NETO** — Agradeço, Sr. Presidente.

Era só. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (Paulo Camargo). Nestas condições, está encerrada a presente sessão extraordinária, convocando outra para amanhã dia 04, quarta-feira, após o término da sessão ordinária, com a mesma Ordem do Dia da sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1976

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente

declara aberta a

# SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

#### MENSAGEM Nº 61/76

Curitiba, 05 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 03 de maio de 1976, ao Convênio celebrado em 25 de novembro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de PALMITAL, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 62/76

Curitiba, 05 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de GOIOERÊ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 63/76

Curitiba, 05 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo e o município de ICARAÍMA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 64/76

Curitiba, 05 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 65/76

Curitiba, 05 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de ALTO PIQUIRI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 66/76

Curitiba, 05 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 67/76

Curitiba, 05 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de NOVA OLÍMPIA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero

a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 68/76

Curitiba, 13 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Apucarana .....	23/03/76
Assaí .....	22/04/76
Cambé .....	31/03/76
Campo Mourão .....	01/04/76
Cascavel .....	15/03/76
Cascavel .....	15/03/76
Chopinzinho .....	05/04/76
Corbélia .....	08/04/76
Dois Vizinhos .....	10/03/76
Dois Vizinhos .....	10/03/76
Fênix .....	26/04/76
Guaíra .....	12/04/76
Japurá .....	26/03/76
Mamborê .....	18/03/76
Marialva .....	23/03/76
Nova Fátima .....	20/04/76
Nova Londrina .....	16/03/76
Palmital .....	26/04/76
Palmital .....	22/04/76
Piraí do Sul .....	17/03/76
Porecatu .....	19/04/76
Porto Rico .....	16/03/76
Rancho Alegre .....	30/03/76
Reserva .....	17/03/76
Santo Antônio do Caiuá .....	24/03/76
São João .....	20/04/76
São José da Boa Vista .....	22/03/76
Sengés .....	01/04/76
Tuneiras do Oeste .....	01/04/76
Umuarama .....	23/03/76
Uraí .....	22/03/76
Amaporã .....	26/12/75
Antonina .....	04/12/75
Apucarana .....	30/12/75
Arapoti .....	30/12/75
Araruna .....	31/12/75
Assaí .....	11/12/75
Barbosa Ferraz .....	03/11/75
Bituruna .....	24/12/75
Cambará .....	31/12/75
Cidade Gaúcha .....	30/12/75
Congoinhas .....	30/12/75
Contenda .....	29/12/75
General Carneiro .....	31/12/75
Guaporema .....	30/12/75
Guaraci .....	05/12/75
Ibaiti .....	18/12/75
Ibiporã .....	02/12/75
Jacarezinho .....	05/12/75
Jardim Olinda .....	22/12/75
Joaquim Távoa .....	31/12/75
Leópolis .....	29/12/75
Londrina .....	30/12/75

Manoel Ribas .....	30/12/75
Mariluz .....	26/12/75
Medianeira .....	29/12/75
Moreira Salles .....	30/12/75
Nova Esperança .....	19/12/75
Nossa Senhora das Graças .....	22/12/75
Ourizona .....	16/12/75
Palmital .....	18/12/75
Pinhalão .....	29/12/75
Piraquara .....	31/12/75
Ponta Grossa .....	19/12/75
Porecatu .....	29/12/75
Primeiro de Maio .....	10/12/75
Quatiguá .....	29/12/75
Rebouças .....	31/12/75
Ribeirão do Pinhal .....	31/12/75
Santo Inácio .....	22/09/75
São Carlos do Ivaí .....	30/12/75
São João do Caiuá .....	22/12/75
Sapopema .....	22/09/75
Sertãoópolis .....	31/12/75
Siqueira Campos .....	24/12/75

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 69/76

Curitiba, 13 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 25 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de Colorado, objetivando a execução de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 70/76

Curitiba, 13 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os municípios de ANTÔNIO OLINTO, BORRAZÓPOLIS, CRUZEIRO DO OESTE, TUNEIRAS DO OESTE e WENCESLAU BRAZ, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento dos referidos municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consi-

deração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 71/76

Curitiba, 13 de julho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 27 de maio de 1976, entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação, com interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, objetivando proporcionar meios à implantação do Sistema Metropolitano de Planejamento e o Plano de Desenvolvimento Metropolitano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

**OFÍCIOS:**

Do Senhor Governador do Estado sob o número 141/76, comunicando haver sido SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

**09/76:** Do Senhor Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais de Nova Esperança. — AGRADEÇA-SE.

Sob os números 109, 110, 111, 112, 113 e 115/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

**12/76:** Do Senhor Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a "Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria", com sede no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 6797. — AGRADEÇA-SE.

**13/76:** Do Senhor Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública, a "Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá", o qual convertido em Lei tomou o número 6801. — AGRADEÇA-SE.

**11/76:** Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a "Ordem Franciscana Secular — Fraternidade da Igreja do Senhor Bom Jesus", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6800. — AGRADEÇA-SE.

**15/76:** Do Senhor Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita "Os Mensageiros da Paz", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6799. — AGRADEÇA-SE.

**04/76:** Do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que declara de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Irati — CASRI", com sede em Irati, e convertido em Lei tomou o número 6798. — AGRADEÇA-SE.

**05/76:** Do Senhor Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Associação Bem Estar Jardim Paranaense, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6796. — AGRADEÇA-SE.

**REQUERIMENTOS:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer voto de pesar desta Casa aos familiares da Senhora MARIA MORONI FACCI, mãe do nobre companheiro Deputado Antônio Facci. O passamento ocorreu na cidade de Maringá, no último sábado.

A Senhora MARIA MORONI FACCI merece ser lembrada e reverenciada, pois se constituiu um exemplo marcante de sacrifício, trabalho, ternura e dignidade, amando e servindo com seu espírito cristão e altruísta àqueles que tiveram o privilégio de lhe conhecerem. A senhora Maria Moroni Facci deu vida a honrados e trabalhadores filhos, de cuja prole é exemplo marcante o nosso valoroso e atuante companheiro Antônio Facci.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O dia 5 de agosto do corrente marca uma data importante para a vida artística do Paraná: se comemora oito anos de existência da Companhia de Teatro de Roberto Menghini.

Na atualidade ainda é difícil fazer bom teatro em nossa terra, com gente nossa, com atores daqui, com direção local, com autores paranaenses. No passado maiores ainda foram os obstáculos. Para atingir o estágio que atingiu e conquistar a posição da admiração e respeito que hoje desfruta, a Companhia de Teatro de Roberto Menghini, ao longo do tempo usou como instrumentos de afirmação: a seriedade, o estímulo a valores que desabrochavam, e, entre outras virtudes, um acendrado espírito paranista.

Entendendo que esta Casa, expressão da vontade do Povo Paranaense, não pode e não deve estar ausente de acontecimentos de tal relevo para a arte e o teatro do nosso Estado.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações com a Companhia de Teatro Roberto Menghini, pela comemoração de 8 anos de existência e atividade da Companhia.

Outrossim, aprovado o presente, requer ainda, por intermédio deste documento se dê ciência da decisão à Companhia homenageada.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas parlamentares, requer, após ouvido este douto Plenário, seja enserido na Ata dos trabalhos de hoje em voto de regozijo ao Senhor João Milanez, Diretor do jornal "Folha de Londrina", pela obtenção da concessão do canal de televisão a ser instalado em Cascavel.

Outrossim, requer seja dado ciência da decisão do Plenário ao Exmo. Sr. João Milanez.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1976.

(a) WERNER WANDERER

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e da Cultura do Paraná.

Ocorre que a atual administração do município de Castro já construiu na atual gestão nada menos de que 20 (vinte) novas escolas no interior do município e depara-se agora com um novo

e sério problema, cuja competência de solução é do próprio Estado.

No Distrito de Carambey, naquele município, está prestes a entrar em funcionamento o novo frigorífico que motivará a transferência para aquele distrito de aproximadamente 200 (duzentas) famílias, trazendo como consequência um considerável número de alunos que necessitarão de escola.

Considerando que o atual Grupo Escolar Profa. Júlia Wanderley já não está suportando a demanda de matrículas, há necessidade imperiosa de ser determinada de pronto a sua ampliação com a construção de mais 6 (seis) salas de aula, sob pena de grave problema para as crianças em idade escolar.

Assim, o apelo que se faz é para que na 2ª etapa do plano do FAS, se faça constar essa importante reivindicação.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, Doutor Renato Antônio Johnsson.

Contém o presente uma solicitação para estudos e instalação de dois postos telefônicos nos distritos de Socavão e Abapan, ambos localizados no município de Castro.

Nesses distritos acham-se implantadas mais de uma dezena de indústrias que se dedicam a exploração de minérios, com destacada produção de cal, calcário e talco.

Além desse fator, Socavão e Abapan são dois importantes núcleos populacionais do município de Castro.

Considerando o extraordinário avanço das telecomunicações em nosso Estado, estamos seguros de que tal solicitação tem total procedência pelo muito que poderá beneficiar aquela região, uma das mais ricas em produção de minérios.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, seja encaminhado pedido de informações, através Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Jayme Canet Júnior, ao Diretor Presidente da TELEPAR, Doutor Renato Antônio Johnsson, sobre as razões porque até esta data não entrou em funcionamento o novo serviço de telefones sistema DDD, na cidade de Palmeira, tendo em vista que, do que se tem conhecimento, já está em condições de operar, o que motivou, inclusive, o aviso prévio às telefonistas que prestam serviço ao antigo sistema.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1976.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra para falar, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois desse recesso constitucional voltamos às lides parlamentares cheios de entusiasmo, carreando para este Poder todo este conjunto de pensamentos que o povo do Paraná se faz aqui ouvir pelas representações de todos os partidos.

A região Oeste do Paraná se constitui em uma das mais potentes equações econômicas que este Estado possui, sem desmerecer, naturalmente, outras que no futuro e até no presente têm sustentado a economia do Paraná. Falo das grandes lavouras de trigo que enverdecem os campos das regiões com-

preendidas entre os rios Iguaçu e Piquiri. Essa região está elevando o Paraná com a sua produção agrícola desenvolvida nos últimos quatro ou cinco anos.

O tapete verde de trigo que se semeou nas terras férteis do Oeste, assim como a produção de soja que carrou para os portos de exportação um qualificado índice de divisas, estão aí a certificar a pujança deste Estado e o fortalecimento da economia através, sobretudo, do homem que trabalha, do homem que se volta, pelo seu labor, aos campos.

Exatamente por esta reunião de esforços é que o Governo do Paraná precisa, com urgência, atestar, reconhecer e entender a necessidade de asfaltar o aeroporto de Cascavel que concentra um contingente, talvez, superior na sua micro-região, juntamente com a micro-região de Toledo. Por tudo isto é imperativo que se implante, imediatamente, o asfaltamento desse discutido aeroporto do Oeste do Paraná.

Falou-se, inclusive, no Ministério dos Transportes e no Ministério da Aeronáutica, que haveria dispensabilidade na colocação de um aeroporto intermediário entre Guarapuava e Foz do Iguaçu. Pura ficção no entender das lideranças legítimas daquela região que envolvem os setores econômico, social e político. Incorporamo-nos a esse mesmo pensamento, a essa mesma filosofia de trabalho, a esse mesmo reconhecimento necessário da pavimentação asfáltica do aeroporto de Cascavel.

Foz do Iguaçu, com seu aeroporto internacional, que se distancia de Cascavel, em 150 quilômetros, tem uma destinação mais compatível com o turismo e agora é, ainda, justificado com a implantação da Usina de Itaipu.

Não fosse a potencialidade demográfica, não fosse a potencialidade agrícola e não fosse ainda as inúmeras aeronaves particulares que existem ali em Cascavel, não estaríamos aqui, com a responsabilidade do mandato de Deputado daquela região de uma das agremiações políticas, não estaríamos aqui fazendo este apelo ao Governo do Estado. Temos segurança e a notícia fidedigna de que o Ministério da Aeronáutica e dos Transportes não se interessarão pelo asfaltamento da pista do aeroporto de Cascavel.

A terraplenagem já está concluída, necessitando por isso do apoio urgente da Secretaria dos Transportes, juntamente com a Prefeitura de Cascavel, para que ali se possa fazer, "a priori" e urgentemente, a drenagem do aeroporto para que não se perca o trabalho grandioso e dispendioso feito com a terraplenagem do aeroporto de Cascavel.

É neste sentido, para concluir, Sr. Presidente, que eu venho fazer um apelo em nome, não de nosso Partido e de quem represento nesta Assembléia, mas de todo o povo do Oeste do Paraná, sobretudo daqueles concentrados na liderança exercida por Cascavel. Cascavel, não por nosso nome, mas Cascavel pelo que representa no cenário sócio-político deste Estado e, sobretudo, no pensamento econômico e financeiro que representa para o Estado do Paraná.

Fazemos daqui, desta tribuna, um apelo para o Sr. Governador do Estado, para o Sr. Secretário de Estado, para que viabilizem imediatamente, a concretização da pavimentação asfáltica do aeroporto de Cascavel. É isso que tínhamos a chegar neste reinício de atividades e fazer, desde logo, este apelo tão veemente da população que represento, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem pretender entrar no mérito dos acontecimentos, isto porque o município de Maringá nesta Casa é representado pelos ilustres e inteligentes Deputados Valtér Pietrângelo e Antônio Facci, estou com a palavra para analisar, de fato, os acontecimentos que levaram, abruptamente, o corte de fornecimento de luz aos departamentos públicos daquele município.



Entretanto, como o fato estabelece manifestação ideal de um perigo iminente, principalmente porque estamos às portas das eleições municipais e de Câmaras de Vereadores, como a ocorrência esclarece e clarividência, perseguições serão instaladas nos quatro cantos deste Estado do Paraná. Amedrontamentos serão recolocados como estopins de posição do próprio Governo. Uma clarividente temerosidade de que o povo escolherá, nas urnas livres de 15 de novembro, o Partido da Oposição.

Ocupamos neste início da atividade parlamentar a tribuna, para analisar os fatos segundo publicações efetuadas por jornais sérios e de grande circulação neste Estado.

No dia 29 de julho próximo passado, o jornal "Panorama" na sua edição publicada sob o tópico "Opinião", o seguinte editorial sobre o fato: (Lê):

"O lamentável episódio de Maringá, envolvendo a sua administração municipal e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, não pode ficar apenas adstrito a um problema isolado. Não pode ser visto fora de um contexto maior de intolerância, de desrespeito, de prepotência por parte da Empresa Estadual de Energia Elétrica de nosso Estado.

Sem nenhuma dúvida, esse grande homem público que foi Governador do Estado, que foi o autêntico implantador e consolidador da COPEL, o Professor Parigot de Souza, deve estar se remexendo em seu túmulo, diante das posições assumidas pela atual direção da empresa estadual de energia elétrica. Homem público íntegro e honrado, o saudoso professor, se vivo fosse, sem dúvida levantaria sua voz, bradando contra a negação implícita das finalidades da empresa que, tão honrada, competente e carinhosamente dotou o seu Estado. Afinal, a COPEL nasceu para levar o progresso, o desenvolvimento, integrando o Paraná com a luz da harmonia, da seriedade e do respeito superior pela coisa pública. E cortar a luz de uma prefeitura, como caso inédito de Maringá, mostra que, mesmo sendo uma empresa de energia elétrica, a COPEL tem a conduzi-la mentes obscuras, onde só existe escuridão, prepotência e arbítrio.

É preciso que a razão passe a predominar. É necessário que a reflexão passe a ser a tônica da ação que envolve atualmente a COPEL e a Prefeitura de Maringá.

O fato é que a empresa alega que cortou a luz porque houve falta de pagamento por parte da Prefeitura, das luminárias que usa no Paço Municipal. O Prefeito de Maringá, por sua vez que, a COPEL deve ao município impostos e a indenização de um terreno que atualmente está ocupado por linhas de alta tensão.

Como se vê, a questão envolve diferentes angulações de parte a parte. Mas o que é inegável é que a COPEL agiu desastrosamente, irracionalmente, criando para o Prefeito uma situação altamente favorável perante a opinião pública. Mesmo porque nesse Norte do Paraná, terra de todas as gentes, terra de labor anônimo e cotidiano em prol do desenvolvimento brasileiro, ninguém admite a violência, ninguém admite a coação, a imposição. Por certo, os burocratas da COPEL não agiram apenas no seu nome. E o ônus que o episódio está causando para a ARENA maringaense, todos aqueles que vão até aquela próspera e progressista cidade já puderam notar.

A ação da COPEL ao cortar a luz do Paço Municipal criou para o Partido oficial e para os seus candidatos Said Ferreira, Luiz Gabriel Sampaio e João Paulino, uma situação de inegável dificuldade para as suas pregações, para a campanha desses homens que não tendo medo do povo vão para a praça pública disputar o voto, procurando servir, com dedicação, ao partido.

Já para os candidatos oposicionistas, os homens do partido do Prefeito Sílvia Barros, que disputam a chefia do Executivo, Walber Guimarães e Horácio Racamello, têm sentido que o episódio lamentável do corte de luz funcionou como um alívio de extrema importância para as suas campanhas.

O fato é que desse jeito a coisa fica difícil. Enquanto o

Diretório da ARENA de Maringá luta, vai ao campo pelear e tentar ganhar as eleições, alguns setores administrativos remam ao contrário."

O jornal "Panorama", Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisou fria e caracterizadamente o acontecimento, fazendo retrospectar, neste editorial, que, realmente, há um interesse supremo político do poder, em buscar lançar a desmoralização a um Prefeito cuja moral, dignidade, respeito à coisa pública, está por demais comprovada, como é a personalidade político-administrativa do eminente Prefeito de Maringá, Sílvia Magalhães Barros.

Segundo podemos observar, a vitória de direito está configurada em favor do ilustre alcaide daquele grande município, pela manifestação de justiça através da sentença pré-estabelecida pelo Poder Judiciário local.

Os acontecimentos registrados recentemente em Maringá retrospectam fielmente a iminência do perigo das perseguições e, que falamos ao iniciar o nosso pronunciamento e, perseguições estas que poderão ocorrer no Estado encetar na campanha de eleições para a Prefeitura e Câmaras de Vereadores, não só de Maringá, porque lá já ocorreu mas, de outras localidades do Paraná.

Não é simplesmente a nossa observação; o fato de vírmos a esta tribuna para analisar os acontecimentos que contundiram, acima de tudo, com a falta de respeito ao Poder Público daquela localidade florescente do Norte do Paraná, daquele município mas, acima de tudo, está clarividente a opinião da decisão do meretíssimo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Edilson Ribas Malachini que, procedendo despacho ao mandado de segurança impetrado através do advogado Alcides Munhoz Neto, que assim se pronunciou: "SENDO RELEVANTE O FUNDAMENTO DO PRESENTE MANDADO DE SEGURANÇA, E, CONSIDERANDO QUE O ATO IMPUGNADO RESULTARIA, PROVAVELMENTE A INEFICÁCIA DA MEDIDA, ORDENO LIMINARMENTE QUE SE SUPSENDA O ATO QUE DEU MOTIVO AO PEDIDO. PARA TANTO, DETERMINO QUE, SE NOTIFIQUE A AUTORIDADE COATORA, A FIM DE QUE ORDENE O PRONTO RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA CORTADO AOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, ASSIM COMO SE ABSTENHA DE ORDENAR QUALQUER OUTRO CORTE ATÉ O JULGAMENTO DO PRESENTE "MANDAMUS".

Apesar do despacho do mui meretíssimo Juiz de Direito da comarca ao recurso impetrado pelo ilustre Prefeito de Maringá, favorável ao seu pedido, segundo notícia da imprensa do dia de hoje, até ontem às 23 horas, Maringá ainda continuava com os seus Departamentos Públicos à escura. Uma demonstração de que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que podemos observar, nem mesmo à determinação oficial emanada pela autoridade competente, procedeu a autoridade coatora, Direção da COPEL, o sentimento de respeitabilidade.

E há de se perguntar: Será que já se tornou moda a prepotência neste País? Porque quando a sentença do Poder Judiciário não é acatada, só existe uma observação a fazer. Vivemos, de fato, um regime de prepotência, de arbitrariedade, de irrespeitabilidade a tudo aquilo que podemos chamar de mais sagrado, a Lei e os direitos.

É lamentável Sr. Presidente, Srs. Deputados, acontecimentos desta natureza, porque têm proporções gigantescas. A expressividade de uma comunidade administrativa municipal, como Maringá, tem reflexos profundos e de âmbito nacional. Quase todos os órgãos de Imprensa deste País, deram publicidade ao acontecimento. E pelo que se verifica, através de publicação do jornal "Panorama", do dia 29, se Maringá através de seu Prefeito tem débito com a COPEL, a COPEL tem acertos de ordem econômica a fazer com o município de Maringá.

Clarividente está, portanto, que não houve outro interesse senão subjugar a personalidade augusta de um Administrador



consciente; subjugar a capacidade política de um homem público de grande passado na vida pública deste Paraná, que é o Prefeito Sílvio Magalhães Barros.

É preciso que o Sr. Governador conscientize-se de suas responsabilidades, principalmente nesta oportunidade, quando a opinião do povo do Paraná e do Brasil, não quer ser prevaricada de forma alguma, sob nenhum pretexto. É preciso que se conscientizem os homens públicos, principalmente os Governadores, que são administradores de nomeações legais, é verdade, mas que são nomeados. Que se conscientizem que a respeitabilidade de representação que está firmada no poder emanado do povo, pelo voto secreto direto e universal.

E S. Exa. o Prefeito Municipal de Maringá, foi escolhido através das urnas livres e pela vontade do povo daquela localidade.

Não poderá ser ele impingido no processo de desmoralização, principalmente quando este processo violenta, acima de tudo, a expressão mais alta de uma sociedade, que é a comunidade municipal.

Aqui fica, de nossa parte, sem entrar no mérito do assunto, porque não cabe a nós e sim aos dois ilustres representantes de nossa bancada, Deputado Valter Pietrângelo e Antônio Facci, que naturalmente desta tribuna irão dar conhecimento profundo e até jurídico sobre o acontecimento que impingiu a dignidade e a honra, principalmente do próprio Poder Político deste Estado.

Deixamos aqui a nossa manifestação de protesto, para que faça constar nos Anais desta Casa, que é a fonte mais alta de representação do povo de meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Tendo declinado, concedo-a ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. A Mesa adverte ao nobre orador que tem apenas dez minutos. (Pausa). Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, líder do MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Neste reinício dos trabalhos legislativos, queremos ocupar a tribuna para registrar dois fatos lamentáveis. O primeiro já abordado aqui pelo bravo Deputado Benedito Lúcio Machado, secundando queremos registrar nos Anais desta Casa, os nossos votos de congratulações e de aplausos ao Prefeito Sílvio Magalhães Barros, do município de Maringá, pela atitude desassombrada e corajosa que tomou, diante da violência praticada pela Companhia Paranaense de Eletricidade, a COPEL.

Recebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Prefeito Sílvio Magalhães Barros, o Ofício 1977/76, datado de 28 de julho último, que leremos na íntegra para registro nos Anais desta Casa.

Diz o Ofício: "Saudações.

Permitimo-nos anexar ao presente um Edital informativo que fizemos publicar no Órgão Oficial do Município, incluindo-se as Cartas dos Srs. Presidente e Diretor de Operações da COPEL, bem como o mapa mostrando a inutilidade da ação administrativa quando desapropriou a área para o distrito Industrial, da qual aquela empresa pretende 1.309 metros, frente a estrada, restando ao Poder Público apenas 80 metros.

Apelo para o alto espírito do eminente correligionário, no sentido de registrar o fato que inegavelmente se reveste de uma conotação de ordem política, onde procuram os adversários, sem dúvidas, diminuir o trabalho e o esforço da Administração.

Na realidade não gostaríamos de obter apenas a solidariedade pela paralisação de mais de 300 funcionários e prejuízos decorrentes da atitude, buscamos mostrar que indiscutivelmente, tínhamos uma transação em andamento e, não nos fora concedido prazo nenhum do momento em que recebemos a correspondência do Diretor de Operações, ao corte de

energia, isto é, um intervalo de apenas dez minutos.

Nossa administração tem sido muito pontual no atendimento das responsabilidades, daí o nosso interesse em insistir para que o presado Deputado, ao ler o Edital, bem como as provas documentais, verifique que em momento algum deixamos de pagar por má programação ou dificuldades incontornáveis; assim, o corte de energia não se deu por falta de pagamentos simplesmente.

Mesmo com a retenção dos nossos financiamentos em função da Resolução número 62 do Senado, reprogramamos o cronograma das obras públicas, bem como suspendemos a execução de alguns projetos, exatamente para não ficarmos com a fisionomia de maus pagadores, como pretendem publicar.

Contando com a atenção do ilustres Correligionário, subscrevemo-nos, reiterando os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Sílvio Magalhães Barros, Prefeito Municipal".

Recebemos Sr. Presidente, Srs. Deputados, daquele dinâmico Prefeito, cópia do edital que fez publicar, mostrando as razões da Prefeitura, evidenciando a violência com que a COPEL se houve ao cortar o fornecimento de energia elétrica nos próprios municipais.

É de se evidenciar e registrar que a Prefeitura de Maringá sempre foi pontual no pagamento de seus débitos.

Pois que, em 1975, ao pagar um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta cruzeiros e cinqüenta e oito centavos, e que o município recebeu o total de cento e dez mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos, referente aos descontos que fez juz pela pontualidade nos pagamentos que fez.

Por que então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa violência, essa manifesta violência, no corte de energia elétrica dos próprios municipais, pela COPEL?

Razões de ordem econômica não foram. Impontualidade do município não foi.

Havia, entre o município e a COPEL uma transação e que, concluída, daria ao município de Maringá condições de perceber da COPEL valor superior ao que teria que pagar pelo fornecimento de energia elétrica.

Mas, a COPEL se houve com violência, com tanta violência como se houve a COHAPAR ao suspender a construção de casas populares em Arapongas.

Será que a mesma violência que houve em Arapongas — agora se repete em Maringá, com o corte do fornecimento de energia aos próprios da Prefeitura, — não terá acontecido por razões políticas?

Evidentemente que sim. Felizmente, Sr. Presidente, felizmente, nós do MDB, os homens públicos desta terra, confiamos na Justiça. Justiça através do insigne Juiz Edilson Ribas Malachini, que houve por bem conceder liminar ao mandado de segurança que a Prefeitura de Maringá, através do advogado Alcides Munhoz Neto, interpôs.

De forma que a COPEL foi instada, notificada para restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos próprios municipais. Soubemos que, ainda na noite de ontem, a COPEL havia sido notificada para que fizesse o fornecimento, mas não o fez imediatamente, como deveria fazê-lo.

Mas, a concessão da liminar já demonstra, já evidencia, já comprova, a injustiça, a violência do corte. Mesmo porque, já é decisão de nossos Tribunais: contra Poder concedente, contra Poder Público, um órgão concessionário não pode usar desse expediente, não pode, de nenhuma forma, cortar fornecimento de energia elétrica.

Portanto, saiba o Paraná, registre-se nos Anais desta Casa, que a COPEL, por sua iniciativa, ou atendendo ordens de não sei quem, houve com manifesta violência no município de Maringá que é administrado por companheiro do MDB,

cortando o fornecimento de energia elétrica, prejudicando serviços essenciais a toda a população daquele município.

**O Sr. Del Ciel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)**  
Seremos breves, eminente Líder Osvaldo Macedo.

Todos nós acompanhamos estarecidos a decisão desse órgão que tem se mostrado impotente administrativamente, e, por outras vezes, não só com o Poder Público, mas tem sido um verdadeiro carrasco para o povo.

A COPEL, realmente, procedeu o corte da força energética da Prefeitura Municipal de Maringá. Mas, com os resultados que virão aí, nas urnas, a 15 de novembro próximo, tenha certeza V. Exa. que a COPEL irá dar, realmente, a luz.

Muito obrigado.

**O SR. OSVALDO MACEDO —** Muito obrigado, nobre Deputado Del Ciel.

O segundo assunto que queríamos registrar no dia de hoje, é estarecedor, é grave, é chocante. Está escrito na Bíblia: "Não oprimirás teu irmão". Está escrito na Constituição: "toda autoridade tem obrigação de respeitar a integridade física de todo e qualquer cidadão que estiver sob sua custódia".

A violência policial no Paraná já passou a ser fato comum. Em todos os municípios, em todos os cantos, presenciamos, assistimos ou conhecemos, vez por outra, demonstração da irracionalidade, da brutalidade e da selvajaria policial. É um Vereador do MDB atirado brutalmente por policial na região do Noroeste; é um torcedor agredido por um policial num campo de futebol.

Eis que agora, no último sábado, o jornal "Diário do Paraná" publica, documenta essa selvajaria, ao publicar, na primeira página uma fotografia de um policial, dentro da Central de Polícia, agredindo brutalmente a um cidadão, a um homem embriagado. Eis a foto, eis a prova indelével dessa violência. A foto fala por si, diz o jornal.

"Ontem, um homem foi preso por ter batido na mulher. Estava embriagado e foi espancado durante 15 minutos, na Central de Polícia, por uma guarnição da Rádio Patrulha. Seis pessoas presenciaram o fato, ninguém mexeu uma palha para impedir a cena de selvajaria".

Outra foto foi publicada, do mesmo cidadão, caído ao chão, embriagado, e o policial a agredí-lo.

Isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi publicado no jornal, no último sábado, ocorreu na sexta-feira. Desde então não ouvimos nenhuma palavra, nenhum pronunciamento da Secretaria de Segurança Pública sobre o assunto e todos perguntam se essa selvajaria, se essas arbitrariedades terão fim.

Para tranquilidade da família paranaense, para tranquilidade e segurança do cidadão paranaense, gostaríamos de saber o nome dos agressores e se os mesmos estão sendo responsabilizados como devem ser, perante a lei, por ordem das autoridades competentes.

É por isso que encaminhamos à Mesa, para apreciação do plenário, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer o envio de expediente ao Exmo. Secretário de Segurança Pública no sentido de que informe a esta Casa as providências que foram tomadas para responsabilizar os policiais autores das sevícias praticadas contra o cidadão FREDERICO NARCISO, no interior da Central de Polícia, em Curitiba, no dia 30 de julho último e documentadas fotograficamente pelo jornal "Diário do Paraná", em sua edição de 31/07/76.

Pede-se àquela autoridade que informe também os nomes dos autores das sevícias e as punições por eles sofridas. Recomende-se àquela autoridade a tomada de medidas energicas e imediatas para evitar a repetição de fato semelhante em qualquer parte do território paranaense.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1976".

**O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?**

**O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo).** Comunico ao nobre Deputado que estão esgotados os 15 minutos destinados à Liderança do MDB.

**O SR. OSVALDO MACEDO —** Agradeço e lamento junto ao Sr. Deputado Gabriel Manoel não poder ouvi-lo em aparte. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo).** A Mesa assinala a presença em nosso plenário do Vereador Manoel Lucas, de Adrianópolis.

Cedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

**O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.** O Paraná assiste, há alguns dias, a publicação de notícias relativas ao "affair" COPEL e Prefeitura de Maringá.

Sou daqueles que se alinha à corrente de pensamento de que a lei existe e deve ser aplicada a grandes e a pequenos.

Este pensamento aflora agora em função do que ouvi numa barbearia da cidade no dia de ontem, quando um engraxate, em sua atividade, se regozijava com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica por haver, segundo aquele humilde cidadão brasileiro, tomado uma medida contra uma Prefeitura, contra uma administração municipal, medida adotada sempre contra pequenos consumidores das grandes e pequenas cidades, dos bairros e dos sítios.

Pretende-se, Sr. Presidente, transformar esse episódio num "cavalo de batalha" político. Observa-se que a oposição, com muita inteligência, manobra no sentido de identificar a COPEL — uma Companhia exemplar, no Brasil, a maior Sociedade de Economia Mista do Estado do Paraná — como se fôra uma empresa a desserviço de uma população.

Sr. Presidente, conhecemos, em detalhes, os acontecimentos que culminaram com a suspensão do fornecimento de energia elétrica à alguns órgãos da administração pública municipal de Maringá.

Verificamos, Sr. Presidente, que, em nenhum momento, a COPEL prejudicou a coletividade maringaense, porquanto, mesmo em atraso com o pagamento das suas obrigações, a Prefeitura Municipal de Maringá, deixou de contar com os serviços de luz e força, aqueles considerados imprescindíveis para a população.

As ordens de desligamentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, atingiram tão somente os órgãos, os prédios onde funcionam algumas repartições municipais. A iluminação pública, os colégios, os grupos escolares e outros órgãos de cujo atendimento depende a população tiveram preservado o fornecimento de energia elétrica pela COPEL.

Mas quando se pretende, Sr. Presidente, afirmar que a COPEL está agindo de forma a evidenciar prepotência ao mesmo tempo em que se insinua que a COPEL estaria contrariando uma filosofia de Governo, convém salientar que a Portaria 378, do Ministério das Minas e Energia que data de 26 de março de 75, publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 75, confere às Companhias permissionárias, o direito de suspender o fornecimento por atraso no pagamento de suas contas, ou por atraso das contribuições ou despesas provenientes de serviços técnicos prestados a pedido do consumidor, ou ainda por atraso dos pagamentos das taxas estabelecidas do item 1 ou ainda pela falta de pagamentos mencionados nas alíneas anteriores referentes a outras unidades de consumo e responsabilidade do consumidor desde que vencidos os débitos a mais de 90 dias.

Verificamos, Sr. Presidente, que numa consulta dirigida pela COPEL ao Ministério das Minas e Energia, o Sr. Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Luiz Carlos Menezes, datado de 25 de setembro de 75, sobre até onde a COPEL poderia exercer o direito de se ressarcir de importância, de haveres de serviços prestados, aquela autoridade afirmava

que, considerando as consultas recebidas por este Departamento sobre a possibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento no caso em que o consumidor é pessoa jurídica de direito público, particularmente Prefeitura Municipal, julgamos conveniente tecer os seguintes comentários:

1 — Nas condições de fornecimento de energia elétrica estabelecidas e às quais estão sujeitas as concessionárias, não há restrição ao direito de suspensão do fornecimento por se tratar o consumidor, de uma pessoa jurídica de direito público, e particularmente, uma Prefeitura Municipal. Alinham-se outros conceitos, Sr. Presidente, que demonstram, cabalmente, estar a COPEL no seu legítimo direito de pretender chamar a administração municipal a acertar os seus compromissos com a concessionária. E, convém salientar, Srs. Deputados, que 14 Prefeituras Municipais, 12 delas da Aliança Renovadora Nacional, em condições idênticas à administração maringáense, foram solicitadas a saldar os seus débitos, mas que, a simples presença do Prefeito Municipal na sede da COPEL, permitiu que se estabelecessem acordos de amortização de débitos a longo prazo.

O que não se pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é aceitar o descaso de um Prefeito Municipal que, além de pretender reter, como em expediente por ele formulado à Copel, importâncias devidas por convênios assinados e que, segundo a própria autoridade municipal, num expediente que leva o número 1.118/76, afirma que "para solução de ordem financeira, tendo sido a Prefeitura condenada em três milhões e setecentos mil cruzeiros, por sentença homologatória, permitimo-nos reter até um milhão de cruzeiros, provenientes do fornecimento de energia elétrica, facilitando assim a superação de uma fase difícil e, através do Poder Público Municipal, agravada, com o necessário pagamento dos três milhões restantes, dos quais um e meio milhão de cruzeiros foram liquidados no decorrer do corrente mês".

O que faltou, Sr. Presidente, à administração municipal de Maringá, foi capacidade de dialogar.

Todas as demais administrações municipais em atraso com a Copel, quando argumentaram, foram pela Copel atendidas nas suas pretensões, e os débitos, todos eles, recompostos a prazos que permitiram às administrações recompor as suas finanças para atendimento das suas obrigações.

Anuncia-se Sr. Presidente, que a administração de Maringá pretendia com a suspensão do pagamento . . .

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Apenas para alertar a V. Exa. que restam dois minutos para concluir a Hora do Expediente.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado.

Pretendia aquela administração, com a atitude de retenção de um milhão de cruzeiros, do débito proveniente do fornecimento de energia elétrica, forçar a Copel, a, mais uma vez, aceitar as provocações que inúmeras vezes a sua administração de Maringá fez através de publicações em seu Diário Oficial, Diário Oficial do Município com as matérias transcritas dos grandes jornais da Capital.

Esquece-se, por outro lado, o Prefeito Municipal quando menciona uma faixa de terreno de propriedade da COPEL, ou de propriedade da Prefeitura pretendida pela COPEL, que esse terreno que está junto à Rodovia BR-36, e que abriga a linha de alta tensão, duzentos e trinta KVA, ao longo do trecho de Estrada Maringá - Campo Mourão, em operação, não é de propriedade da COPEL, e sim, propriedade da Eletrosul; e, a respectiva faixa de terras portanto, não era e nunca foi de responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Mas, voltaremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com tempo maior para um histórico que possa ilustrar os Srs. Deputados que realmente ocorreu no desentendimento COPEL e Prefeitura Municipal de Maringá.

Temos, Sr. Presidente, que admitir que a nossa empresa de energia elétrica deve estar muito acima, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, das pretensas afirmações de que a COPEL existe para prejudicar quando, exatamente, é a COPEL, a empresa responsável pelo desenvolvimento acelerado deste Estado paranaense.

Haveremos de voltar com dados e detalhes que possam melhor situar os Srs. Deputados dentro do problema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 56/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 54/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Londrina, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede do referido Município Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 57/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 57/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o Município de Dois Vizinhos, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 61/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 105/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior com o Município de Alto Piquiri, objetivando ampliação de duas salas no prédio onde funciona o Grupo Escolar Bento Munhoz da Rocha Netto, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de janeiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Interior, com o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando a ampliação de duas salas no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Bento Munhoz da Rocha Netto", na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 105/76

Em cumprimento à disposição constitucional, o Exmo. Sr. Governador do Estado encaminha a esta Casa, Mensagem 28/76, que se converte em Proposição, ora em exame, objetivando a aprovação do Convênio celebrado com o Município de ALTO PIQUIRI, através da Secretaria de Estado do Interior, para ampliação de duas salas no prédio onde funciona o Grupo Escolar Bento Munhoz da Rocha Netto, no referido Município.

A matéria é perfeitamente constitucional e está em condições legais para a aprovação, nos termos da Resolução anexa. É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 62/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 106/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior com o Município de Altônia, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 62/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 28 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o Município de Altônia, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária na sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 106/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 29/76, de 18/02/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 28 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior com o Município de Altônia, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede daquele Município.

Cumprido o Sr. Governador desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 63/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 109/76, que aprova Convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com os Municípios de Japurá, Icaraíma e Flórida, objetivando construção de prédios destinados a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede dos referidos Municípios. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 63/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com os Municípios de Japurá, Icaraíma e Flórida, objetivando a construção de prédios destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, nas sedes dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 109/76

Acompanhados de Mensagem Governamental 32/76, de 26 de fevereiro de 1976, são encaminhados Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com os Municípios de Japurá, Icaraíma e Flórida, objetivando a construção de prédios destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, nas sedes dos referidos Municípios.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Moroni Facci, ocorrido em Maringá. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado através do Sr. Governador do Estado, ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, pedido de informações referente ao funcionamento do novo serviço sistema DDD, na cidade de Palmeira. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. João Milanez, Diretor do jornal "Folha de Londrina", pela obtenção da concessão do Canal de Televisão a ser instalado em Cascavel. — **APROVADO.**

Requerimento do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, em forma de apelo, visando a ampliação do Grupo Escolar Professora Júlia Wanderley, no Distrito de Carambey, Município de Castro. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam efetuados estudos para a instalação de postos telefônicos nos distritos de Socavão e Abapan. — **APROVADO.**

Requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Companhia de Teatro Roberto Menghini, pela comemoração de 8 anos de existência da referida Companhia. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que informe a esta Casa as providências que foram tomadas para responsabilizar os policiais autores das sevícias praticadas contra o cidadão Frederico Narciso, no interior da Central de Polícia, de Curitiba. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 04, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 56/76 e 57/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 61/76, 62/76 e 63/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 66/76.

Levanta-se a Sessão.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de maio, do ano de um mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Accioly Neto, e presentes os Senhores Deputados: Dácio Leonel, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk e Nilso Sguarezi. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constaram da Hora do Expediente: 1) PROJETO DE LEI Nº 57/76, do Sr. Dep. Ivo Thomazoni. Denomina de Instituto de Polícia Técnica José Merhy, o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública. Distribuído ao Sr. Dep. Accioly Neto, em 25.05.76. 2) PROJETO DE LEI Nº 59/76, do Poder Executivo. Mensagem número 46/76, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório para o Governo do Estado lavrar convênio com o Estado de São Paulo, para eleger Juízo Arbitral, a fim de dirimir controvérsias sobre seus limites. Distribuído ao Dep. Ezequias Losso, em 25.05.76. 3) PROJETO DE LEI Nº 58/76, do Dep. Aguialdo Pereira Lima. Cria o município de Tupãssi, desmembrado do município de Assis Chateaubriand, como especifica. Distribuído ao Dep. Accioly Neto, em 26.05.76. 4) PROPOSIÇÃO Nº 163/76, do Poder Executivo. Mensagem número 47/76, cópia de convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Café do Paraná, para normas de cooperação aos produtos agrícolas, como especifica. Distribuído ao Dep. Dácio Leonel, em 26.05.76. 5) PROPOSIÇÃO Nº 184/76, do Poder Executivo. Mensagem número 48/76, cópia do convênio entre o Governo do Estado e o município de General Carneiro, para fins que especifica. Distribuído ao Sr. Dep. Lineu Turra, em 26.05.76. 6) PROPOSIÇÃO Nº 185/76, do Poder Executivo. Mensagem número 49/76, cópia do convênio entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, para fins que especifica. Distribuído ao Dep. Dácio Leonel, em 26.05.76. A seguir passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1) PROJETO DE LEI Nº 19/76, do Poder Executivo. Mensagem número 41/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva reconhecer a estabilidade prevista no § 2º, do art. 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores com mais de cinco anos de exercício nas funções. Relator Dep. Enéas Faria. Parecer FAVORÁVEL com SUBSTITUTIVO GERAL. Emenda do Sr. Dep. Osvaldo Macedo. Em discussão. Em votação. Votos vencidos dos Srs. Deputados Dácio Leonel, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel e Jurandir Messias. APROVADO o parecer com o Substitutivo Geral com o voto do Sr. Presidente, justificando, pois o substitutivo corrige um equívoco na interpretação de dispositivo da Constituição Federal. REJEITADA A EMENDA anexa. 2) PROJETO DE LEI Nº 45/76, do Sr. Dep. Jayme Carvalho. Declara de utilidade pública a Sociedade Universitária Paranaense de Ensino, com sede nesta Capital. Relator Dep. Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI Nº 46/76, do Dep. Ezequias Losso. Declara de utilidade pública a Missão Evangélica Betânia, com sede em Altônia. Relator Dep. Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI Nº 49/76, do Dep. Fuad Nacli. Declara de utilidade pública a Congregação dos Padres Missionários de Nossa Senhora Consoladora, de Cascavel. Relator Dep. Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI Nº 51/76, do Sr. Deputado Jayme Carvalho. Declara de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai José, com sede e foro nesta Capital. Relator Dep. Ivan Rüppel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI Nº 53/76, do Sr. Dep. Luiz Gabriel Sampaio. Autoriza o Poder Executivo construir um prédio de alvenaria, para um Grupo Escolar, dos Bairros Jardim Itamarati e Jardim Planalto, de Maringá. Relator Dep.

Gilberto Carvalho. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI Nº 55/76, do Sr. Deputado Basílio Zanusso. Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianas — Casa da Amizade de Nova Esperança, com sede e foro na mesma cidade. Relator Deputado Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI Nº 56/76, do Sr. Deputado Enéas Faria. Declara de utilidade pública estadual o Montepio Cooperativista do Brasil. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI Nº 57/76, do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Denomina de Instituto da Polícia Técnica José Merhy, o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública. Relator Deputado Accioly Neto. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI Nº 49/76, do Sr. Deputado Domício Scaramella. Veda as Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus Estatutos dispositivos prevendo participação de seus Diretores, a qualquer título, nos lucros que por ventura produzirem. Relator da emenda, Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL à EMENDA apresentada em Plenário pelo Deputado Enéas Faria. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI Nº 171/75, do Sr. Deputado Fuad Nacli. Cria o município de Três Barras, com sede e divisas que especifica, desmembrado do município de Catanduvas. Relator Deputado Deni Schwartz. Requer seja convertido em diligência junto ao IBGE, à Secretaria de Finanças, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao município de Catanduvas. Deferido. 12) PROPOSIÇÃO Nº 76/76, do Poder Executivo. Mensagem número 18/76, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com a SUDESUL, para estudo da Indústria Madeireira do Paraná. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo. REJEITADO. Designado o Sr. Dep. Dácio Leonel, para emitir parecer de acordo com o vencido. 13) PROPOSIÇÃO Nº 182/76, do Poder Executivo. Mensagem número 45/76, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Alto Piquiri, para fins que especifica. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos três dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Accioly Neto, e presentes os Senhores Deputados: Adalberto Daros, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ezequias Losso, Ivan Rüppel e Lineu Turra. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constou da HORA DO EXPEDIENTE os seguintes processos: 1) PROJETO DE LEI Nº 60/76, do Dep. Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Mandaguari. Distribuído ao Sr. Dep. Deni Schwartz, em 02.06.76. 2) PROJETO DE LEI Nº 61/76, do Dep. David Federmann. Conta o tempo de serviço prestado à iniciativa privada, por funcionários públicos estáveis, como especifica. Distribuído ao Sr. Dep. Ezequias Losso, em 31.05.76. 3) PROJETO DE LEI Nº 62/76, dos Deputados Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo e Adalberto Daros. Dá nova redação a

artigos da Lei número 6416, de 03.07.73. Distribuído ao Sr. Dep. Luiz Roberto Soares, em 31.05.76. 4) PROJETO DE LEI Nº 63/76, do Dep. Wilson Fortes. Cria o município de Douradina, com território desmembrado do município de Maria Helena, como específica. Avocado em 31.05.76. 5) PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/76, do Dep. Ivo Thomazoni. Atribui ao Governador e Vice-Governador do Estado ajuda de custo a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e reajustáveis. Distribuído ao Sr. Dep. Dácio Leonel, em 31.05.76. 6) PROPOSIÇÃO Nº 186/76, do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei número 72/75, do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Distribuído ao Sr. Dep. Ezequias Losso, em 02.06.76. 7) PROPOSIÇÃO Nº 187/76, do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei número 104/75, do Sr. Deputado Accioly Neto. Distribuído ao Sr. Deputado Ezequias Losso, em 02.6.76. 8) PROPOSIÇÃO Nº 188/76, do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei número 290/73, do Sr. Deputado Maurício Fruet. Distribuído ao Sr. Dep. Deni Schwartz, em 03.06.76. 09) PROPOSIÇÃO Nº 189/76, do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei número 62/75, do Sr. Dep. Muggiati Filho. Distribuído ao Sr. Dep. Ezequias Losso, em 02.06.76. 10) PROJETO DE LEI Nº 64/76, do Sr. Dep. Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública a Casa Mater — Beneficência de Abrigo ao Menor, com sede e foro nesta Capital. Distribuído ao Sr. Dep. Ivan Rüppel, em 03.06.76. A seguir a seguinte ORDEM DO DIA foi apreciada: 1) PROJETO DE LEI Nº 24/76, do Sr. Dep. Gabriel Manoel. Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Fátima e Caridade, com sede em Nova Fátima. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI Nº 35/76, do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado. Transfere ao DER, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que liga a estrada de Ribeirão do Pinhal com a sede do município de Abatiá. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer FAVORÁVEL no sentido de que seja transformado em requerimento de sugestão. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI Nº 48/76 do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Declara de utilidade pública a Associação à Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencil, de São Mateus do Sul. Relator Deputado Enéas Faria. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI Nº 59/76, do Poder Executivo. Mensagem número 46/76, encaminhando anteprojeto de Lei autorizatório para o Governo do Estado lavrar convênio com o Estado de São Paulo, a fim de dirimir controvérsias sobre seus limites, como mediador o Exmo. Sr. Presidente da República. Relator Deputado Ezequias Losso. Deferido vista ao Senhor Deputado Adalberto Daros. 5) PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/76, do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Atribui ao Governador e Vice-Governador do Estado, ajuda de custo mensal, a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e reajustáveis sempre que estes sofrerem alterações. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROPOSIÇÃO Nº 76/76, do Poder Executivo. Mensagem número 18/76, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, para estudo da indústria madeireira do Paraná. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Voto vencido dos Srs. Deputados Deni Schwartz e Lineu Turra. 7) PROPOSIÇÃO Nº 178/76, do Poder Executivo. Mensagem número 44/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Londrina, para fins que especifica. Relator Deputado Enéas Faria. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 8) PROPOSIÇÃO Nº 184/76, do Poder Executivo. Mensagem número 48/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, para restabelecer normas de cooperação.

Relator Deputado Dácio Leonel. Deferido vista ao Sr. Deputado Enéas Faria. 9) PROPOSIÇÃO Nº 185/76, do Poder Executivo. Mensagem número 49/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, para conjugação de atividades de projetos de ensino e pesquisa. Relator Deputado Dácio Leonel. Deferido vista ao Senhor Deputado Enéas Faria. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Accioly Neto, e presentes os Srs. Deputados Dácio Leonel, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ezequias Losso, Ivan Rüppel, Lineu Turra e Nilso Sguarezi. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Na HORA DO EXPEDIENTE constaram: 1) PROJETO DE LEI Nº 70/76, do Dep. Leopoldo Jacomel. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Mathias Jacomel, com sede em Varge Grande, Distrito de Pinhais, município de Piraquara. Distribuído ao Dep. Deni Schwartz, em 10.06.76. 2) PROPOSIÇÃO Nº 194/76. Mensagem número 54/76, cópia do convênio entre o Governo do Estado e o município de Umuarama, para controle da erosão. Distribuído ao Sr. Dep. Lineu Turra, em 15.06.76. 3) PROPOSIÇÃO Nº 195/76. Mensagem número 55/76, cópia do convênio entre o Governo do Estado e o município de Rondon, para controle da erosão. Distribuído ao Dep. Dácio Leonel, em 15.06.76. 4) PROPOSIÇÃO Nº 196/76. Mensagem número 56/76, cópia do convênio entre o Governo do Estado e o município de Porto Rico, para combate à erosão. Distribuído ao Dep. Adalberto Daros, em 15.06.76. 5) PROPOSIÇÃO Nº 197/76. Mensagem número 57/76, cópia de convênio entre o Governo do Estado e o município de Altônia, para controle da erosão. Distribuído ao Dep. Luiz Roberto Soares, em 15.06.76. 6) PROPOSIÇÃO Nº 198/76. Mensagem número 58/76, cópia de convênio entre o Governo do Estado e o município de Tapejara, para controle da erosão. Distribuído ao Dep. Nilso Sguarezi, em 15.06.76. 7) PROPOSIÇÃO Nº 199/76. Mensagem número 59/76, cópia de convênio entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado, para fins que especifica. Distribuído ao Dep. Ivan Rüppel, em 15.06.76. 8) PROJETO DE LEI Nº 71/76, do Dep. Luiz Carlos Zuk. Declara de utilidade pública o Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. Distribuído ao Dep. Gilberto Carvalho, em 15.06.76. 9) PROJETO DE LEI Nº 72/76, do Dep. Dácio Leonel. Declara de utilidade pública o Centro Castrense de Curitiba, com sede nesta Capital. Distribuído ao Dep. Ivan Rüppel, em 15.06.76. 10) PROPOSIÇÃO Nº 200/76, do Poder Executivo. Veto ao Projeto de Lei número 84/75, do Deputado Fidelcino Tolentino. Transfere ao DER estrada de rodagem que especifica. Distribuído ao Dep. Gilberto Carvalho, em 16.06.76. 11) PROJETO DE LEI número 149/75, do Dep. Valter Pietrângelo, que declara de utilidade pública todas as áreas do território paranaense cobertas por matas virgens. Distribuído ao Dep. Deni Schwartz, em 16.06.76. A seguir passou-se à ORDEM DO DIA:



1) PROJETO DE LEI Nº 17/76, do Dep. Luiz Gabriel Sampaio. Autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar no Bairro Jardim Liberdade, de Maringá. Relator Dep. Nilso Sguarezi. Parecer FAVORÁVEL à transformação em requerimento de sugestão. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI Nº 36/76, do Dep. Quielse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública o Centro Social Nossa Senhora da Guia, de Cerro Azul. Relator Dep. Nilso Sguarezi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI Nº 62/76, dos Srs. Deputados Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo e Adalberto Daros. Dá nova redação a artigos da Lei número 6416, que dispõe sobre obrigatoriedade do registro na DOPS de estabelecimentos hoteleiros e similares. Relator Dep. Lineu Turra. O Sr. Dep. Enéas Faria solicita que o Parecer não seja discutido, e que o projeto seja transformado em diligência junto à Secretaria de Segurança Pública, a fim de opinar a respeito do mesmo. Retirado o Parecer. Aprovado requerimento. 4) PROJETO DE LEI Nº 65/76, do Dep. Ernesto Gnoato. Concede pensão mensal de um salário mínimo, à Tereza Soares. Relator Dep. Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL à transformação em requerimento de sugestão junto ao Poder Executivo. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI Nº 66/76, do Dep. Accioly Neto. Eleva para quinze o número de vereadores da Câmara Municipal de Cascavel. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI Nº 69/76, do Dep. Deni Schwartz. Declara de utilidade pública a União Beltronense dos Estudantes de 1º e 2º graus, de Francisco Beltrão. Relator Dep. Ivan Rüppel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI Nº 70/76, do Dep. Leopoldo Jacomel. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Mathias Jacomel, de Varge Grande, Distrito de Pinhais, município de Piraquara. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8) PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/76, da Comissão de Tomada de Contas. Aprova contas para financiamento de convênio de Assistência à Saúde, entre a CAFENFALE e a Paraná Clínicas Limitada, exercícios de 1971, 1972 e janeiro de 1973. Relator Dep. Nilso Sguarezi. Parecer FAVORÁVEL ao retorno ao D.L. para inclusão na Ordem do Dia. Aprovado. 9) PROPOSIÇÃO Nº 183/76, do Poder Executivo. Mensagem número 47/76, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o município de General Carneiro, para ampliação de prédio que especifica. Relator Dep. Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 10) PROPOSIÇÃO Nº 187/76, do Poder Executivo. Veto ao projeto de Lei número 104/75, do Dep. Accioly Neto. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 11) PROPOSIÇÃO Nº 190/76, do Poder Executivo. Mensagem número 50/76, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o município de Corbélia, para fins que especifica. Relator Dep. Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 12) PROPOSIÇÃO Nº 192/76, do Poder Executivo. Mensagem número 52/76, encaminhando cópia de convênio entre o Governo do Estado e o município de Medianeira, para fins que especifica. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 13) PROPOSIÇÃO Nº 195/76, do Poder Executivo. Mensagem número 55/76, encaminhando cópia de convênio entre o Governo do Estado e o município de Rondon, para controle da erosão. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 14) PROPOSIÇÃO Nº 199/76, do Poder Executivo. Mensagem número 59/76, encaminhando cópia de convênio entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado para fins que especifica. Relator Dep. Ivan Rüppel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 15) PROPOSIÇÃO Nº 162/75, do Poder Executivo. Mensagem número 44/75, encaminhando cópia de convênio entre o Governo do Estado e o município de Maringá, para cumprir dispositivos do Código Nacional de

Trânsito. Relator Dep. Nilso Sguarezi. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Dep. Accioly Neto, pelos Srs. Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e seis, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Accioly Neto, e presentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Enéas Faria, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Jurandir Messias e Nilso Sguarezi. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, sendo aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Consta da HORA DO EXPEDIENTE os seguintes processos: 1) PROPOSIÇÃO Nº 202/76, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto parcial ao Projeto de Lei número 22/76, oriundo de Mensagem Governamental número 24/76, que dá nova redação ao Anexo II, da Lei número 6119, de 19.06.70, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado. Distribuído ao Sr. Dep. Accioly Neto, em 21.06.76. 02) PROPOSIÇÃO Nº 203/76, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto parcial ao Projeto de Lei número 06/76, oriundo de Mensagem número 26/76, que dispõe sobre a incorporação de que tratam os itens I e II, do artigo 172, da Lei número 6174, aos proventos dos servidores civis do Estado, em futuras aposentadorias. Distribuído ao Sr. Deputado Dácio Leonel, em 21.06.76. 03) PROPOSIÇÃO Nº 204/76, da Câmara Municipal de Cascavel. Expediente encaminhando documentos solicitando a fusão das localidades de Alvorada do Oeste e Cielito, a fim de ser criado o Distrito Administrativo de Lindoeste. Oficia ao Sr. Presidente da Casa solicitando a devolução dos Projetos de Lei referentes à criação dos Distritos de Alvorada do Oeste e Cielito, a fim de atender a presente Proposição, em 22.06.76. 4) PROJETO DE LEI Nº 73/76, do Deputado João Cioni Neto. Cria o município de Perobal, com território desmembrado do município de Umuarama, divisas e sede que especifica. Avocado em 22.06.76. A seguir passou-se à ORDEM DO DIA com os seguintes processos: 1) PROJETO DE LEI Nº 72/76, do Deputado Dácio Leonel. Declara de utilidade pública o Centro Castrense de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 02) PROPOSIÇÃO Nº 200/76, do Poder Executivo. Veto ao Projeto de Lei número 84/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL ao Veto. Aprovado. 03) PROPOSIÇÃO Nº 203/76, do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei número 06/76, oriundo de Mensagem Governamental número 26/76. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL ao Veto. Aprovado. O Sr. Presidente indaga ao Sr. Relator do PROJETO DE LEI Nº 62/76, Dep. Enéas Faria, se está em condições de relatar o referido Projeto. O Sr. Deputado Enéas Faria esclarece que acabou de receber o Projeto de Lei número 62/76, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade do registro na DOPS de estabelecimentos hoteleiros e similares, que é matéria que demanda melhor estudo para ser emitido o Parecer, e considerando, ainda, que o citado Projeto não se encontra em Regime de Urgência, solicita o prazo normal para poder oferecer seu parecer. O Presidente coloca o problema em discussão. Dizou de-

cidido que será solicitada a presença do Sr. Dr. Ozias Algaeur, Delegado de Ordem Política e Social, para a próxima reunião, a fim de prestar esclarecimentos sobre o referido Projeto, após o que poderá ser oferecido o parecer. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, encerrou a reunião marcando outra para a próxima segunda-feira, dia vinte e oito do corrente. Lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, pelos Srs. Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

#### ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DO "ESTATUTO DO MAGISTÉRIO"

##### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e seis, às 11 (onze) horas, na Sala de Reunião das Comissões, foi instalada a Comissão Especial para estudo do "ESTATUTO DO MAGISTÉRIO", composta pelos seguintes Senhores Deputados: Jorge Sato, José Muggiati Filho, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho e Enéas Faria. Verificada a existência de quorum, os trabalhos foram abertos pelo Deputado José Muggiati Filho, de acordo com o que estabelece o Artigo 40 do Regimento Interno. Feita a chamada, foram registradas as seguintes presenças: Deputados Jorge Sato, José Muggiati Filho, Basílio Zanusso e Gilberto Carvalho. Havendo número legal, o Deputado Muggiati Filho declarou abertos os trabalhos, dizendo da necessidade de serem processadas as eleições para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão Especial. Discutido o assunto, foram indicados e aclamados por unanimidade, os nomes dos Deputados Jorge Sato para Presidente e José Muggiati Filho para a Vice-Presidência. Assumindo a Presidência, o Deputado Jorge Sato agradeceu a confiança nele depositada, prometendo emvidar todos os seus esforços no sentido de bem desempenhar tarefa de tal alta relevância. Igualmente, agradece o Deputado Muggiati Filho. A seguir, o Presidente Jorge Sato indicou o nome do Deputado Gilberto Carvalho, para a função de Relator da matéria. O Deputado Gilberto Carvalho aceita e agradece a indicação, dizendo de sua intenção de indicar sub-relatores dada a importância e extensão da matéria que será apreciada e discutida. O Deputado Basílio Zanusso fala da necessidade de que todos os componentes da Comissão recebam com a brevidade possível uma cópia da Mensagem Governamental de que trata o assunto. O Presidente solicita à Secretária da Comissão Especial, funcionária Elcy Silva Batista para que providencie o atendimento da solicitação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo convocada a próxima para o dia três de agosto do ano em curso, logo após a sessão plenária. Na qualidade de Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos senhores componentes da Comissão especial e por mim Secretária.

Sala das Reuniões, em 29 de junho de 1976.

(aa) JORGE SATO — Presidente

Elcy Silva Batista — Secretária

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

##### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

##### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos dez dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Senho-

res Deputados Jurandir Messias, Nelson Buffara, Benedito Lúcio Machado e Gabriel Manoel. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI Nº 19/76, de autoria do Poder Executivo. Mensagem número 41/76, objetivando reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo 2º, do artigo 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com mais de 5 anos de exercício nas respectivas funções. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, Secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1976.

(aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente

Elza Carneiro Camargo — Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Lineu Turra apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 76/74, de autoria do deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública a Academia de Acordeão de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome. PROJETO DE LEI Nº 188/75, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de utilidade pública a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Funcionários do DER Ltda., com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 07/76, de autoria do Poder Executivo. Mensagem número 27/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos da Lei Complementar número 03, de 14.05.74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. PROJETO DE LEI Nº 18/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que revoga o artigo número 25, da Lei número 4766, de 18 de novembro de 1963, e dá outras providências. PROJETO DE LEI Nº 39/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste — SACRO, com sede e foro em Cruzeiro do Oeste. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 108/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

Lélío G. Sotto-Maior — Relator